

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

ATA DA 21ª SESSÃO, EM 6 DE MAIO DE 1964.

PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MINISTRO TENENTE-BRIGADEIRO ÁLVARO HECK-SPER.

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, O EXMO. SR. DR. IVO D'ÁQUINO FONSECA.

Compareceram os Exmos. Srs. Ministros Dr. Washington Vaz de Mello General-de-Exercito Tristão de Alencar Araripe, General-de-Exercito Antonio Jose de Lima Camara, Almirante-de-Esquadra Jose Espindola, Tenente-Brigadeiro Vasco Alves Secco, Almirante-de-Esquadra Diogo Borges Fortes, General-de-Exercito Floriano de Lima Broynner Dr. Jose Romeiro Neto e Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa.

Deixou de comparecer à sessão, o Exmo. Sr. Ministro Dr. Octávio Murgel de Rezende, com causa justificada.

Às treze horas, havendo número legal, foi aberta a sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a ata da sessão anterior.

* * *

Foram, a seguir, relatados e julgados os seguintes processos:

H A B E A S - C O R P U S

- Nº 26.814 - Pará. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Gen. Ex. Alencar Araripe. Paciente: Elson Fonseca, Marinheiro de 2ª Classe, alegando, por intermedio do Advogado de Officio / da Auditoria da 8ª Região Militar, encontrar-se preso, ha mais de 3 meses, por crime de deserção, tendo se apresentado voluntariamente ao 4º Distrito Naval, desde 9 de janeiro do corrente ano, pede para cessar a coação ilegal e responder solto ao processo. -
- Concederam, em parte, a ordem, para que o paciente responda, em liberdade, ao processo, contra o voto do Exmo. Sr. Ministro Alm. Esc. Borges Fortes, sob o fundamento de que o paciente ainda nao ultrapassou o prazo minimo do art. 163, do C.P.M. (Nao tomou parte no julgamento, o Exmo. Sr. Min. Dr. Romeiro Neto, por nao ter assistido ao relatorio)
- Nº 26.822 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Gen. Ex. Lima Camara. Paciente: Humberto Aníbal de Mello Santos, Capitao-de-Fragata, alegando estar preso, incomunicavel, a bordo do navio mercante "Princesa Leopoldina", desde 3/IV/964, por ordem do Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada, pede a concessão da ordem. -
- Nao conheceram do pedido, por incompetencia da Justica Militar, contra o voto do Exmo. Sr. Ministro Gen. Ex. Alencar Araripe, que conhecia do pedido e negava a ordem, por estar preso de acordo com o art. 156, do Codigo da Justica Militar (Nao tomou parte no julgamento, o Exmo. Sr. Min. Dr. Romeiro Neto, por nao / ter assistido ao relatorio).

(Cont. da ata da 21ª Sess., em 6/V/964)

A P E L A Ç Õ E S

Nº 34.028 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. Rev. O Exmo. Sr. Ministro Gen. Ex. Lima Câmara. /
Apelante: Expedido Geraldo, 3º Sargento do Exército, servindo no 1º Grupo de Canhões Automaticos Antiaereos, condenado a 2 anos, 5 meses e 5 dias de reclusão, como incurso no art. 240, do C.P.M., por desclassificação. Apelada: A sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar. - Julgaram incompetente a Justiça Militar e determinaram que os autos sejam remetidos, por intermedio da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, a autoridade judiciaria civil, unanimemente. (Não tomou parte no julgamento, o Exmo Sr Min Dr Romeiro Neto, por não ter assistido ao relatorio). USOU DA PALAVRA O DR MARIO SOARES DE MENDONÇA, ADVOGADO DO APELANTE.

Nº 34.047 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Alm. Esq. José Espindola. Rev. O Exmo. Sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. /
Apelante: Raimundo José Figueiredo Perez, 1ª Cl. SGC. nº 59.2059.3, servindo no Quartel de Marinheiros, condenado a 6 meses de prisão, incurso no art 163, do C.P.M. Apelada: A sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha. - Negaram provimento, para confirmar a sentença, unanimemente. (Não tomou parte no julgamento, o Exmo Sr Min Dr Romeiro Neto, por não ter assistido ao relatorio)

Nº 34.005 - Paraná. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. /
Rev. O Exmo. Sr. Ministro Alm. Esq. Borges Fortes. /
Apelantes: Luiz Sergio Mourão Carneiro da Cunha e Jose Teixeira de Souza, ex-Soldados do Colegio Militar de Curitiba, condenados a 8 meses de detenção, como incursos no art. 198, § 4º, incisos IV e V, combinado com os arts. 52, 62, inciso I, e 198, § 2º, tudo do C.P.M. Apelada: A sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª Região Militar. - Negaram provimento, para confirmar a sentença, unanimemente. (Não tomou parte no julgamento, o Exmo Sr Min Dr Romeiro Neto, por não ter assistido ao relatorio)

C O R R E I Ç Õ E S P A R C I A I S

Nº 774 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Gen. Ex. Lima/Brayner. - O Dr. Auditor-Corregedor da Justiça Militar, ex-vi do art. 368, do Codigo da Justiça Militar requer Correição Parcial nos autos do Inquerito Policial Militar instaurado na Base Aerea de São Paulo, para apuração de responsabilidade pelo acidente ocorrido com uma viatura militar em que é indiciado o Soldado Vladimir Risso, e do qual foi encarregado o 1º Tenente-Aviador Ronaldo Alencar Borges. - Deferida a Correição, para que os autos sejam remetidos/

a Auditoria competente, para os fins de direito, unanimemente. (Não tomou parte no julgamento, o Exmo Sr Min Dr Romeiro Neto, por não ter assistido ao relatório).

Nº 775 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Alm. Esq. Borges Fortes. - O Dr. Auditor-Corregedor da Justiça Militar, com fundamento no art. 368, do Código da Justiça Militar, requer Correção Parcial nos autos do Inquerito Policial Militar, instaurado no 4º Regimento de Infantaria, no qual é indiciado o Soldado Nilson Luiz Cervoni e encarregado o 2º Tenente Miguel Carlos Tatton Ferreira de Oliveira. - Deferida a Correção, para que os autos sejam remetidos à Auditoria competente, para os fins de direito, unanimemente. (Não tomou parte no julgamento, o Exmo Sr Min Dr Romeiro Neto, por não ter assistido ao relatório)

R E P R E S E N T A Ç Ã O

=====

Nº 609 - Guanabara. Rel. O Exmo. Sr. Ministro Tenente-Brigadeiro Alves Secco. - O Dr. Promotor da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, com fundamento no art. 340, do Código da Justiça Militar e de acordo com os arts. 105, nº IV, 107 e 108, nº II, letra "a", tudo do Código Penal Militar, pede que seja decretada a extinção da punibilidade, pela prescrição, nos autos do processo referente a José Rosa de Oliveira, civil, condenado a 1 ano de prisão, como incurso no art. 208, do Código Penal Militar, por sentença do Superior Tribunal de 27 de janeiro de 1958. - Deferida a representação, para ser decretada extinta a punibilidade, pela prescrição, unanimemente. (Não tomaram parte no julgamento, os Exmos Srs Ministros Drs Romeiro Neto e Vaz de Mello, por não terem assistido ao relatório).

* * *

No início da sessão, pediu a palavra, pela ordem, o Exmo. Sr. Ministro General-de-Exercito Tristão de Alencar Araripe para comunicar ao Tribunal o falecimento do Reverendíssimo Monsenhor Armando Lombardi, Nuncio Apostolico. Pelo infausto acontecimento, propunha constasse em ata um voto de profundo pesar, e que se comunicasse ao Representante do Vaticano nesta cidade, a S. Eminência o Cardeal Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara e ao Decano do Corpo Diplomático a homenagem que o Tribunal prestava a memória do ilustre extinto, por todos os motivos digno do nosso respeito e admiração. O Exmo. Sr. Dr. Ivo de Aquino Fonseca, Procurador-Geral da Justiça Militar, em seu nome e no do Ministério Público Militar, associou-se a homenagem que o Tribunal prestava. A proposta foi aprovada, unanimemente.

* * *

A sessão foi encerrada com os seguintes processos em mesa:

Apelações: 33.885 (VM/AS) - 34.041 (AM/RC) - 34.048 (LC/RC)
34.040 (LC/VM) - 34.033 (RC/AS) - 33.995 (AS/RC)

Representações: 603 (MR) - 614 (VM)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

★ 6 - MAI 1964 ★

2ª SEÇÃO
JUDICIARIA